

Sarney não apóia criação de bloco, diz Ulysses

Silvio Donizeti

O presidente José Sarney não apóia a formação de um grupo suprapartidário de sustentação do Governo na Assembleia Constituinte, assegurou ontem o presidente daquela Casa e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, após encontro de uma hora e meia com o chefe da Nação, o primeiro entre ambos após a Convenção do PMDB, do último fim de semana.

«O Presidente da República não tem nada a ver com a formação de bloco partidário», enfatizou Ulysses completando que é lógico que o Presidente busque ampliar a sua base política com três, quatro ou cinco partidos, desde que não haja conflitos entre eles. A seu ver, o PTB e até o PDS «podem vir» para a Aliança uma vez que se sujeitem ao compromisso firmado pelo PMDB e PFL.

Ulysses Guimarães esteve das 10h45 às 12h20 com o presidente Sarney, no sítio São José do Pericumã. O presidente do PMDB fez o percurso de ida e volta, da Base Aérea ao sítio num helicóptero que serve à Presidência da República. Depois concedeu entrevista na residência oficial da Câmara quando garantiu que o apoio político ao Presidente continuará sendo feito por partidos e não haverá nenhum processo de ruptura dentro do PMDB ou entre o PFL e o Governo.

Mandato

O presidente Sarney e o deputado Ulysses Guimarães conversaram também sobre a convenção do PMDB e a Aliança Democrática, além de temas econômicos. Quanto à convenção, destacou que o ponto positivo da reunião foi transferir para os constituintes a decisão sobre a duração do mandato presidencial e a forma de governo a ser adotada pelo País. Segundo Ulysses, ele e Sarney conversaram muito sobre o assunto que consideram «o coração» da Constituinte. Neste ponto, a preferência pelo presidencialismo une os dois. Eles entendem tam-

bém que as divergências regionais envolvendo o PMDB e o PFL não devem interferir na Aliança a nível nacional.

Sempre ressaltando que encontrou Sarney tranquilo, Ulysses Guimarães informou que a preocupação fundamental do Presidente da República é com a Assembleia Constituinte. «Ele me falou que tem uma preocupação muito grande que ela seja uma boa Constituinte», transmitiu o presidente do PMDB.

Sobre a decisão do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), de participar dos comícios pelas Diretas em 1988,

Ulysses critica a volta ao FMI

O presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, condenou, ontem, a pretensão do ministro Bresser Pereira, da Fazenda, de firmar um acordo com o FMI, logo após retornar, no início desta semana, de uma viagem a Nova Iorque, onde está mantendo encontros com banqueiros estrangeiros.

Depois de afirmar que não sabe da possibilidade de acordo nenhum entre o Brasil e o FMI, Ulysses Guimarães destacou que o PMDB tem uma posição contra o FMI «que não é gratuita». Ele relacionou os malefícios como desemprego e recessão resultantes da interferência do Fundo na economia brasileira.

Quanto à economia interna, assinalou que na sua conversa com o presidente Sarney foram destacados os primeiros efeitos positivos do Plano Bresser como a queda na taxa de desemprego e a baixa da inflação. Ulysses e Sarney mostraram-se felizes com os resultados da viagem do ministro Bresser aos Estados Unidos, segundo informou o deputado.

Josemar Gonçalves



Ulysses classificou a posição como «uma decisão pessoal da responsabilidade do líder».

No encontro, foi abordada também a disposição do líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (BA), de formar um bloco partidário de apoio ao presidente Sarney. Neste ponto, Ulysses garantiu ainda que o entendimento do Presidente é que sua base política continua sendo os partidos. Ele não quis comentar as notícias dando conta que Sant'Anna teria à sua disposição cargos públicos para negociar com parlamentares em troca de apoio para o Governo na Assembleia Constituinte.

«Check-up» político, define o deputado

Um «check-up» político: assim o presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, definiu pela manhã o encontro que teria logo depois com o presidente Sarney, durante o qual, segundo antecipou, faria uma avaliação da Convenção Nacional extraordinária do PMDB, realizada na semana passada.

Ulysses disse que prefere esses encontros de sábado com o presidente José Sarney, quando ambos ficam mais à vontade para uma conversa mais longa: «É como um «check-up», começa no dedo do pé e vai até o último fio de cabelo. E isso que vamos, eu e o Presidente: um «check-up» do momento político, avaliar a Convenção, os seus resultados e outros temas políticos», disse Ulysses Guimarães.

Ulysses Guimarães surpreendeu a todos com seu comparecimento à sessão extraordinária da Assembleia Nacional Constituinte, ontem pela manhã. Ele chegou trajando um blazer bege combinando com calças marrons, às 10h05, mas não ocupou a presidência da sessão, dirigida pelo vice-presidente, senador Mauro Benedito (PMDB-CE), preferindo sentar atrás da mesa diretora, conversando com o relator-geral da Comissão de Sistematização,



Ulysses garantiu que o Presidente só quer apoio da Aliança

Partidos já mobilizados na sucessão

Andrei Meireles

A duração do mandato do presidente José Sarney ainda está indefinida, mas a sucessão presidencial já começou, com os diversos partidos examinando informalmente chapas de candidato para as eleições em 88 ou 89. Durante a Convenção Nacional do PMDB, por exemplo, começou a ser articulado uma chapa composta pelo senador Mário Covas e o governador Waldir Pires, da Bahia. Com mais discrição, está trabalhando o PFL. Os partidários da candidatura do ministro Aureliano Chaves acompanham atenta e desconfiadamente a movimentação do senador Marco Maciel, que estaria trabalhando para compor uma chapa com o empresário Antônio Ermirio de Moraes. O líder do PTB na Constituinte, deputado Gastone Righi, diz que seu partido topa o acordo com Maciel, mas quer Ermirio como o candidato a presidente e não a vice.

Convenção

O PDT e o PT não têm problemas. Seus candidatos — o ex-governador Leonel Brizola e o deputado Luiz Ignácio «Lula» da Silva — não enfrentam qualquer dificuldade interna em seus partidos. São candidatos óbvios. Mas a disputa no PMDB promete ser acirrada. O deputado Euclides Scalco, integrante da Executiva Nacional do PMDB ligado ao senador Mário Covas, diz que uma das prioridades de sua corrente desde já é trabalhar as bases do partido que vão eleger no início do próximo ano os delegados à Convenção Nacional. Com mandato de dois anos, esses convencionais escolherão os candidatos do PMDB para a eleição em 88 ou 89.

Os governadores do PMDB também estão interessados em eleger os futuros convencionais, aumentando à sua influência no processo de escolha dos candidatos do partido. Pesquisas feitas com os atuais convencionais revelaram que Covas é, no momento, o nome com maior número de apoios dentro do PMDB. O ex-governador Franco Montoro encomendou uma pesquisa particular, cujos resultados não foram revelados, mas ficou evidenciado na convenção que a cotação do seu nome no partido anda em baixa. Mesmo assim, ele não desiste e está inaugurando, sem qualquer subterfúgio, escritórios de campanha em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Alternativas

Parlamentares que apóiam a Covas estão promovendo em todo o País a distribuição de adesivos com os dizeres «Covas, seja quando for». Mais discreto, o ex-governador Hélio Garcia, de Minas, que se coloca tanto para a Presidência quanto para a Vice-Presidência, tratou de se reaproximar do governador Newton Cardoso, de quem estava distanciado desde a transmissão do cargo em Belo Horizonte. Para isto, o deputado Israel Pinheiro Filho promoveu um jantar. O gelo entre ambos foi rompido, mas a aliança ainda não foi refeita.

O senador José Richa trabalha ativamente como bombeiro na Constituinte, com um olho na sucessão presidencial. Quer se apresentar como uma alternativa moderada. Ele e Covas tem um pacto tácito: se der uma solução mais progressista sai Covas, mas moderada sobra para Richa.

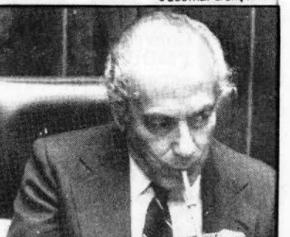
Todos os candidatos do PMDB falam no deputado Ulysses Guimarães como a solução natural e histórica do partido. Mas nenhum deles acredita efetivamente nela. Mais que uma homenagem, a referência à Ulysses é uma forma de não se expor prematuramente.

Insistência

Mas Ulysses pensa mesmo em ser candidato. A maioria dos políticos ligados a ele não acreditam muito em sua candidatura, mas estão convencidos de que ninguém sairá candidato do PMDB sem o seu apoio. Ulysses, contudo, acredita: ele pretende ser o candidato da Aliança Democrática, tendo como vice-presidente o senador Marco Maciel ou outro nome indicado pelo PFL. E aposta que, até por falta de opção melhor, o presidente José Sarney irá apoiá-lo.

As articulações, por enquanto, são bastante discretas até porque ainda não se sabe quanto tempo Sarney ficará no poder. Mas já está tudo pronto para a corrida sucessória. O deputado Luiz Henrique, por exemplo, diz que se o PMDB tivesse aprovado domingo passado um mandato de quatro anos para Sarney, no dia seguinte a campanha já estaria na rua. O adiamento a conteve por enquanto nos bastidores.

Josemar Gonçalves



Brizola: campanha nas ruas

Militares se manifestam mais sobre política e Constituição

Rubem Azevedo Lima

A análise dos dados da última Convenção Nacional do PMDB mostra haver grande equilíbrio entre os peemedebistas que defendem o mandato de quatro ou cinco anos para o presidente José Sarney. No momento, a maioria dos observadores e analistas do partido — conservadores ou progressistas — reconhece que o problema se resolverá, basicamente, em função de três fatores: da mobilização popular que se fizer em torno do assunto, dos resultados do plano Bresser de combate à inflação, e da reação dos constituintes às interferências dos meios militares no preparo da nova Constituição.

Esse último fenômeno, cada vez mais frequente — de acordo com a opinião de todos — começou de maneira restrita, na defesa de posições das autoridades militares, no tocante apenas ao problema da anistia dos punidos pelo movimento de 1964 e da perspectiva de retorno dos anistiados à caserna.

Dessa posição, porém, as autoridades militares evoluíram para externar opiniões sobre o sistema ideal de governo e para o apoio à tese do mandato presidencial de cinco anos, assuntos alheios à jurisdição de suas pastas. Na última reunião do Alto Comando do Exército, realizada sexta-feira, segundo revelou o próprio ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, discutiu-se o problema de sistema de governo e se apoiou a tese da preservação do presidencialismo, embora mitigado.

No mesmo dia, o chefe do Estado-Maior do Exército, general Paulo Campos Paiva, externou sua preocupação ante a hipótese de que a Constituinte adote medidas capazes de abalar «os alicerces de algumas de nossas mais caras e expressivas instituições, entre as

quais as Forças Armadas». No mesmo pronunciamento, o chefe do Emfa defendeu o que considerou acerto na opção brasileira por «forças singulares individualizadas e em ministérios independentes». Na Constituinte, fala-se em criar um Ministério da Defesa, que aglutinaria as três forças (Exército, Marinha e Aeronáutica), como no presidencialismo norte-americano.

Repercussões

De maneira geral, os conservadores do PMDB recebem com simpatia as manifestações militares, pelo fato de coincidirem com o que eles próprios pensam e defendem na Constituição. Um dos

Josemar Gonçalves



Covas não abandona as «diretas»

dirigentes do Centro Democrático, no qual se congregam os conservadores peemedebistas, o deputado Expedido Machado (PMDB-CE), inscreveu seu nome na lista de constituintes como «militar» («Repertório biográfico da Assembleia Nacional Constituinte», pág. 235), embora seja empresário de profissão e tenha feito apenas o curso de formação de oficiais da Escola Militar do Realengo, no Rio, há mais de quarenta anos.

Essa identidade de objetivos, segundo reclamam os peemedebistas que defendem o parlamentarismo, a criação do Ministério da Defesa ou o mandato de quatro anos, repete uma outra que já aconteceu no Brasil, sob o Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, e não deu bons resultados institucionais. Era ministro do Exército em 1957 (então denominada ministro da Guerra) o general Henrique Teixeira Lott e este, na ocasião, fizera declarações à favor da UNE e da Petrobrás bem como sobre a abertura política de Kruschchev, sendo, por isso, atacado severamente pela oposição, dirigida pela UDN. Lembra um senador da Aliança Democrática — que, à época, era deputado — ter ouvido, no plenário da Câmara, no Rio, ao lado do então jovem deputado José Sarney, também da UDN, os duros ataques de Adauto Cardoso, Carlos Lacerda, Aliomar Baleeiro e Tenório Cavalcanti, entre outros parlamentares sobre os pronunciamentos de Lott. A UDN sustentou que Kubitschek estava sob tutela militar e que o Brasil, em consequência, caminhava para a ditadura da minoria das Forças Armadas.

Esse episódio teve desdobramentos internos nas três Forças, dadas as explorações políticas que gerou, antes de culminar com a eclosão do movimento de 64, considerados uma reação dos militares udenistas contra seus opositores.

Progressistas se preocupam

Os progressistas do PMDB vêem, como dizem, «preocupados, o engajamento dos militares nas controvérsias da Constituinte, achando que, com isso, fica prejudicada a missão hoje atribuída pela Carta Constitucional às Forças Armadas, de defender às instituições e a ordem interna do País». Por sinal, alguns constituintes querem rever também essa tarefa constitucional dos militares, de modo a colocá-los, no plano interno, subordinados ao poder civil e responsáveis pela defesa da soberania do País.

Os senadores Mário Covas e Affonso Camargo Netto, além do deputado Fernando Lyra, todos do PMDB, não vão desistir do propósito de mobilizar a opinião pública nacional, em favor da redução do mandato do presidente Sarney, apesar dos últimos pronunciamentos militares.

Essa também é a disposição dos parlamentaristas da Constituinte — que o próprio relator da Comissão de Sistematização da Assembleia, deputado Bernardo Cabral, do PMDB do Amazonas

acredita estarem em maioria, contra a corrente do presidencialismo mitigado, defendido pelo ministro do Exército e apoiado pelo Alto Comando.

A rigor, o pensamento dos militares coincide com o da maioria das constituintes no tocante apenas ao problema da não-reincorporação dos anistiados ao serviço ativo. A Assembleia está inclinada, porém, a conceder ressarcimento financeiro aos punidos pelo movimento de 64.

Interferências

No entender dos peemedebistas, o que lhes parece interferência política dos militares na Constituinte dificilmente surtirá efeito em assuntos não específicos das Forças Armadas. Mesmo sob tal aspecto, embora o número de constituintes favoráveis à criação do Ministério da Defesa (tese defendida pelo ex-presidente marechal Castelo Branco) seja reduzido, ninguém, no PMDB, à exceção dos conservadores, entende a posição dos ministros militares, que são presidencialistas mas não atentam

para o fato de que o presidencialismo mais perfeito, o dos Estados Unidos, subordina suas forças armadas a um ministério único.

A propósito da situação, os progressistas acham natural que os ministros militares manifestem suas opiniões, como cidadãos, aos constituintes. Quase todos, porém, discordam da hipótese de os militares quererem impô-las à força. A rigor, o PMDB progressista acha que as tentativas de pressão dos ministros militares, nos temas fora de sua jurisdição, são feitas hoje, devido ao êxito aparente, mas ainda parcial do plano Bresser e porque não há mobilização popular a favor da redução do mandato de Sarney. Quando o plano mostrar suas deficiências ou ante a vontade majoritária da nação, de eleger o próximo presidente em 1988, as autoridades militares, segundo os líderes do PMDB progressista, tenderão a ocupar-se apenas dos assuntos que lhes dizem respeito, inclusive para não estimularem, com suas interferências, divisões nas Forças Armadas, de consequências imprevisíveis e indesejáveis para o País.